



Disponível em
<http://www.anpad.org.br/rac>

RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5,
pp. 726-735, Set./Out. 2014
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac201410673>



Documentos e Debates:

Réplica 3 – Clássicos... Quais Clássicos? – Antinomias e Tensões no 'Fazer Ciência' em Administração

Classics...Which Classics? Antinomies and Tensions when 'Doing Science' in Management

Alketa Peci
E:mail: alketa@fgv.br
Fundação Getúlio Vargas – EAESP-FGV
Rua Itapeva, 474, 01332-000, São Paulo, SP, Brasil.

Introdução

A pergunta que permeia o ensaio **Por que Ler os Clássicos no Ensino e na Pesquisa em Administração?** convida os leitores a uma profunda reflexão, além de fomentar um frutífero diálogo sobre as multifacetadas dimensões do processo de construção de conhecimento em Administração, particularmente, no contexto brasileiro.

Um projeto político audacioso considerando o atual momento do campo de Administração no Brasil orienta o ensaio. Embora não assumido explicitamente no texto, acreditamos que os autores considerem que cada vez menos participantes do campo de ensino e pesquisa em Administração recorram a clássicos. Este diagnóstico contorna o projeto político e implica numa profunda reforma que permeia desde as posições epistemológicas dos agentes desse campo até aspectos materiais que influenciam sua dinâmica, atualmente centrada em indicadores quantitativos de produção intelectual. De fato, o ensaio, particularmente na sua dimensão política, configura uma resposta em busca de perguntas⁽¹⁾, uma vez que instiga os leitores a avançar na reflexão acerca de outras dimensões que influenciam os processos de construção de conhecimento no nosso campo.

Para começar, é importante destacar que concordamos com este diagnóstico. O diálogo que propomos a seguir busca traçar caminhos alternativos, trazendo respostas diferentes ou levantando novas perguntas, porém partilhando o mesmo pressuposto construtivista de conhecimento a partir de uma perspectiva crítica. A principal premissa dessa análise é que o processo de construção de conhecimento é permeado por antinomias, que permitem o recurso a diferentes justificações/ideologias que possam parecer contraditórias, mas são partes indissociáveis do processo de **fazer ciência**, inclusive no campo da Administração.

Concretamente, argumentaremos que hoje existem algumas dimensões concretas do processo de construção de conhecimento que influenciam a escassez/superficialidade/ e/ou até ausência de clássicos. Essas dimensões estão (também) relacionadas com o atual vácuo epistemológico do campo, as mudanças no objeto de estudo e a dinâmica material de produção do conhecimento em Administração no Brasil.

Sobre o Vácuo Epistemológico do Campo de Administração

Para começar: **De quais clássicos estamos falando?** Os autores não respondem diretamente a esta pergunta, embora Platão, Marx ou Weber indiquem suas preferências. Obviamente, no atual estágio do campo de ensino e de pesquisa em Administração, no Brasil, seria difícil contar com uma resposta simples a esta indagação.

O quadro muda quando comparado com dados de uma pesquisa realizada no contexto norte-americano, que levantou, junto a 137 membros reconhecidos da Academy of Management, os livros mais influentes de Administração do séc. XX. Na lista apresentada, o único autor compartilhado neste ensaio é Weber, que surge ao lado de nomes como Taylor, Barnard, Drucker, McGregor, Simon, Maslow, Chandler, Cyert e March, Fayol, Katz e Kahn, Weick, entre outros (Bedeian & Wren, 2001). A pesquisa indica que acadêmicos norte-americanos compartilham uma visão mais autônoma do campo de Administração. Em outras palavras, eles percebem uma demarcação mais clara das fronteiras que dividem essa ciência de outras áreas de conhecimento, inclusive das Ciências Sociais, de onde **emprestam**, em termos epistemológicos, a orientação psicossocial do campo.

O processo de demarcação da Administração como um campo autônomo de Ciências Sociais — presente na recorrência aos clássicos supracitados — também marcou sua consolidação no contexto brasileiro. Não se trata de um processo ideologicamente neutro (Braverman, 1987; Habermas, 1982; Marcuse, 1964); ao contrário, representa um sistemático esforço ideológico dos próprios cientistas/agentes do campo como mostra Gieryn (1983). Entretanto essa visão autônoma da

Administração foi compartilhada pelos acadêmicos brasileiros, orientados por acordos de cooperação, *scholars* e instituições norte-americanas (Alcadipani & Bertero, 2012; Barros & Carrieri, 2013; Rodrigues & Carreiri, 2001) e envolvidos num processo explícito de construção de um campo novo, em busca de legitimidade e vida própria (Fischer, 1984, 1985). Provavelmente, muitos dos clássicos da supracitada lista seriam reconhecidos pelos primeiros acadêmicos brasileiros, presentes nas primeiras instituições brasileiras da academia de administração como a EBAP/FGV, EAESP/FGV, UFBA, URGs, USP, entre outras.

Entretanto não faltou muito para que o particularismo brasileiro (Candler, 2002) surgisse como alternativa nos caminhos de construção de conhecimento em **âmbito nacional**, em administração, defendendo a particularidade do contexto nacional e a necessidade de construir conhecimentos próprios. Esta nova construção foi pautada por outros autores, como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e/ou culminou na (re)construção de autores como Alberto Guerreiro Ramos e Mauricio Tragtenberg que assumiram o status de clássico e foram responsáveis por influenciar uma tradição autônoma em estudos críticos em Administração no país (Paula & Klechen, 2007). Resgatando o ensaio, é na interdisciplinaridade que os clássicos ganham força e vale destacar que esta tradição autônoma divergiu substancialmente da orientação psicossocial da base de conhecimento norte-americano em administração, até então dominante, recentrando na filosofia, na sociologia e na antropologia a construção de conhecimento em Administração no Brasil.

Os acadêmicos brasileiros, pautados por diversas referências clássicas, desbravaram caminhos alternativos de construção de conhecimento em Administração, dessa maneira, abrindo espaço para a emergência de novas orientações epistemológicas: diversas, conflitantes e, por vezes, combativas em confrontos espetacularizados nos encontros históricos de Anpad, até porque eles despertam “sentimentos ambivalentes, podem, por vezes, ser objeto de apropriação ideológica de seu conteúdo” (Meneghetti, Guarido, & Azevêdo, 2014, p. 698). De fato, “Clássicos não se definem pelo caráter factual de suas obras, mas pela sua inserção social no sistema social intelectual” (Meneghetti *et al.*, 2014, p. 706).

Embora não esgotamos (nem pretendemos esgotar) aqui as diversas vertentes epistemológicas que surgiram ao longo do processo de construção do campo de Administração no contexto brasileiro, buscamos demonstrar que o campo foi capaz de oferecer **resistência**, construir perspectivas epistemológicas diferentes, próprias, por vezes, antagônicas, mas, sem dúvida, apaixonantes e marcantes. Os agentes produtores e produtos deste processo recorreram a diversos clássicos, capazes de preencher, mesmo que parcialmente, lacunas existenciais e/ou desencadear debates intelectuais e calorosos, que somente embates paradigmáticos têm a capacidade de desencadear.

Entretanto estas vertentes epistemológicas, embora embasassem temporariamente as orientações cognitivas dos agentes do campo, não foram necessariamente capazes de construir novas orientações paradigmáticas, particularmente devido às fragilidades experimentadas na vertente metodológica e institucional⁽²⁾, como bem relatam os inúmeros trabalhos de autoavaliação da produção acadêmica em Administração e suas diversas especializações. Estas análises apontam problemas recorrentes relacionadas, principalmente, com a: (a) falta de rigor metodológico; (b) concentração excessiva da produção em poucas instituições e número relativamente reduzido de redes de pesquisa; além da (c) importação de matriz teórica, refletida na baixa diversidade de origem de autoria e alta citação de autores norte-americanos; e, (d) falta de relevância das pesquisas realizadas (Bertero & Keinert, 1994; Caldas & Tinoco, 2004; Hocayen-da-Silva, Rossoni, & Ferreira, 2008a, 2008b; Machado-da-Silva, Cunha, & Amoboni, 1990; Rodrigues & Carrieri, 2001; Quintella, 2003; Vergara & Pinto 2001)⁽³⁾.

De fato, o *boom* quantitativo do campo, diagnosticado a partir dos anos de 1990 (Bertero, Caldas, & Wood, 1999; Gonçalves, Gonçalves, & Augusto, 2004; Tonelli, Caldas, Lacombe, & Tinoco, 2003; Vergara & Pinto, 2001), influenciou negativamente a maturidade paradigmática do campo de Administração – o que não parece ser exclusividade brasileira. Em outras palavras, o crescimento quantitativo da produção científica não está sendo acompanhado pela consolidação qualitativa das propostas alternativas de construção de conhecimento.

A ausência de bases sólidas institucionais e metodológicas e o contexto de uma crescente fragmentação epistemológica influenciam a proliferação de **ismo-s**: o particularismo brasileiro reduziu-se ao paroquialismo (Bertero, Alcadipani, Cabral, Faria, & Rossoni, 2013), os clássicos que marcavam a autonomia do campo influenciaram o estrangeirismo (Bertero *et al.*, 2013; Vergara & Carvalho, 1995; Vergara & Pinto, 2001) e as vertentes intelectuais do campo tornaram-se tão pulverizadas que talvez o único denominador comum da Administração resida na nossa classificação na página da Capes como ciência social aplicada: para uma área que incorpora pouco de ciência social e não é em quase nada aplicada.

Obviamente, a fragmentação paradigmática do campo de administração, acompanhado pelo vácuo epistemológico que lhe é inerente, também, é influenciada por outras dinâmicas, entre as quais, destacamos a transformação do próprio objeto de análise e os aspectos materiais do campo. Entretanto este vácuo epistemológico traz consequências concretas relativas à pergunta que orienta o ensaio, uma vez que anula a necessidade de clássicos e o substitui por produções de natureza imediatista que buscam satisfazer critérios quantificáveis de qualificação da produção intelectual.

Sobre o Objeto de Análise: Da Organização ao Organizar

A Administração como campo de conhecimento foi historicamente relacionada com um objeto aparentemente sólido de análise: as organizações, preferencialmente, a grande organização burocrática. De fato, a Administração surge (e legitima-se) no contexto do **segundo espírito do capitalismo**⁽⁴⁾ que não gira tanto em torno do **burguês** (como no primeiro espírito), mas é centrada na **organização**. O modelo ideal deste período baseava-se na empresa industrial centralizada e burocratizada, fascinada pelo gigantismo. Este segundo espírito tem como figura heroica o **executivo** que almeja crescer sem limites o tamanho da empresa, de modo que possa implementar uma produção em massa que encontre sua razão de ser nas economias de escala, na padronização dos produtos, na organização racional do trabalho e nas novas técnicas de marketing de um capitalismo em expansão (Boltanski & Chiapello, 1999).

Concretamente, quando analisamos o contexto internacional de conhecimento em Administração, historicamente dominado pelo eixo anglo-saxônico, é possível verificar que até nos anos de 1960 o desenvolvimento dessa área foi caracterizado pela certa unidade, homogeneidade e coerência. Tal unidade era originada da matriz funcionalista como base epistemológica dominante que tinha como foco, quase exclusivo, de análise as grandes organizações burocráticas das sociedades modernas (Burrell, 1996; Burrell & Morgan, 1979).

A reificação da **organização** como objeto preferencial de análise da Administração e o destaque que a matriz funcionalista assume nesta trajetória inicial do seu campo, também, fazem-se presentes no contexto brasileiro porque servem bem ao projeto desenvolvimentista do Estado e à sua estratégia de industrialização, como aliás, foi igualmente o caso de outros países envolvidos no discurso modernista (Sobral & Peci, 2008).

Entretanto, como **tudo o que é sólido desmancha no ar** (Berman, 1997), a solidez das organizações já começa a ser questionada por vários acontecimentos históricos associados à crise do fordismo e, mais profundamente, do próprio projeto modernista e sua crença na superioridade da razão (McSwite, 1997). Redes, projetos, nós, mídias sociais e outros sinônimos mais fluidos do processo de **organizar** colocam em xeque a perenidade das organizações — símbolo do modernismo.

Este processo de fluidificação é antecedido/acompanhado por livros (clássicos?), como Silverman (1971) e sua ênfase na construção social, Weick (1969) e seu foco nos processos de organizar ou Braverman (1987) que discute o **processo de trabalho** a partir de uma leitura marxista. Esses autores foram responsáveis por abrir a caixa de Pandora de análises organizacionais e gerarem uma diversidade epistemológica no campo de Administração, dessa maneira, incentivando perspectivas alternativas ao

funcionalismo, mas também gerando a torre de Babel em estudos organizacionais (Burrell, 1996) ou a heteronomia diagnosticada por Kirschbaum (2013).

A crise do discurso administrativo centrado na **organização** abre espaço para novas concepções do nosso objeto de estudo, de natureza mais processual, focalizando o processo de **organizar** ou as **práticas organizacionais**. Assim, novas pesquisas começam a enxergar as organizações como fragmentos de redes de ação institucionalizada (Czarniawska, 2004) ou redes provisoriamente ordenadas de materiais heterogêneos, cuja resistência ao ordenamento tem sido temporariamente superada (Chia, 1996). O foco recai no processo de organizar como

um processo de tensão entre ordem e desordem que pluraliza e interconecta artefatos e sujeitos, elementos humanos e não-humanos.... A organização é o nó, a dobra, onde ordem e desordem se encontram. É o próprio processo de transgressão de fronteiras entre o velho e o novo, o estável e o instável (Clegg, Kornberger, & Rhodes, 2005, p. 154).

A efemeridade do nosso objeto de estudo mexe com as bases que fundamentam a construção do campo de ensino e pesquisa em Administração e que legitimam a sua própria existência como um campo distinto de conhecimento. As novas referências (novos clássicos?) têm em comum apenas o prefixo **pós** – pós-estruturalismo, pós-feminismo, pós-colonialismo, entre tantos outros – numa desesperada tentativa de superar algo obscuro de um passado do qual carregamos apenas a remota lembrança de certa solidez organizacional⁽⁵⁾. Foucault, Bourdieu e Latour são apenas alguns dos **novos** clássicos que surgem esporadicamente no vácuo epistemológico do nosso campo, que não se demonstra capaz de se reinventar, mais uma vez, em termos paradigmáticos.

O presente, demandante na sua ânsia de explicação de **novos** fenômenos/processos organizacionais, ao exemplo dos atuais movimentos/manifestações sociais que transpassam fronteiras geográficas, impõe novas perguntas aos pesquisadores do nosso campo. Infelizmente, encontra pesquisadores (que não recorrem a clássicos) mergulhados em empreitadas metodológicas, mas incapazes de oferecer respostas e talvez até de levantar as novas perguntas que o nosso tempo demanda.

Sobre Dinâmica Material de Construção do Campo de Administração

Caso concordemos com este diagnóstico, cujo principal resultado é o vácuo de clássicos aos quais os pesquisadores, na prática, recorrem cada vez menos, precisemos nos perguntar o que, então, marca este processo de construção de conhecimento, no momento atual, no contexto brasileiro?

Excessivo tecnicismo, resultado do expressivo progresso material do campo e marcado pelo foco nos meios em detrimento dos fins (no **como**, ao invés dos **porquês**), parece-nos ser a marca atual do processo de construção de conhecimento. O tecnicismo é caracterizado pelo “privilegio dos aspectos metodológicos de natureza técnica das pesquisas” (Meneghetti *et al.*, 2014, p. 705), mas não apenas por este olhar privilegiado concedido à metodologia. Ele também se reflete no produtivismo e na burocratização da academia.

O tecnicismo não demanda profundas reflexões epistemológicas nem recurso a clássicos que definem identidades intelectuais de determinado campo. Entretanto a alienação decorrente dessas dinâmicas (muito estudada por tantos clássicos de ciências sociais, entre os quais, destacamos Marcuse, 1964) invade também a dinâmica atual de produção de conhecimento no contexto brasileiro. As novas práticas de produção de conhecimento em Administração, em âmbito nacional, são legitimadas por novos códigos que precisam ser compreendidos e analisados a partir de uma perspectiva crítica, a exemplo dos debates já iniciados por vários pesquisadores, nos últimos anos.

Quais são esses códigos legitimadores do conhecimento produzido atualmente em Administração e, particularmente, no Brasil? Conquanto dispersos nas redes institucionais e interpessoais do nosso campo, é possível destacar alguns códigos, como produtividade, internacionalização, rigor e,

esporadicamente, relevância. Os três últimos expressam certa insatisfação e incômodo dos próprios produtores/produzidos do campo com os resultados do conhecimento produzido pela academia brasileira de administração, ilustrando as antinomias do **fazer ciência**.

Entretanto a produtividade acadêmica, denominada de **produtivismo** (Bertero *et al.*, 2013), é talvez o aspecto mais debatido e criticado por pesquisadores do nosso campo. Paradoxalmente, tudo indica que a produção de conhecimento em Administração siga um padrão massificador fordista, marcado pela burocratização (Bertero, 2011), numa surpreendente defasagem das próprias organizações do sistema de produção capitalista (que historicamente buscou amortizar e legitimar). Não é de estranhar que os efeitos alienadores deste produtivismo exacerbado começam a sentir-se nos agentes/sujeitos desse mesmo campo, responsáveis pela sua construção, e trazem efeitos concretos em termos de produtos de conhecimento, concretamente traduzidos em *papers*, relatórios de pesquisa, pontuação de CV *lattes*, hierarquização do *status* de pesquisador (nível 2 ou variação de níveis 1) e *ranking* de instituições acadêmicas.

Temos de reconhecer: a máquina é quase perfeita porque é difícil imaginar a vida acadêmica fora dela (até para criticar, o pesquisador deve ser parte do sistema). Esta dinâmica marcada pelo tecnicismo se traduz em indicadores concretos (excessivos?) que pouco dizem respeito à qualidade da nossa produção, mas conseguem transformar os pesquisadores em produtores de pontos, acumuladores de recursos de pesquisa, colecionadores de *papers* e estimula uma corrida competitiva entre instituições acadêmicas em busca de melhoria de *ranking* nota Capes.

A pergunta que se coloca é **quem precisa recorrer a clássicos para satisfazer os requisitos quantitativos de produção acadêmica impostos por este sistema?**.

Conclusões

A crítica de um trabalho com o qual muito se compartilha, a exemplo do próprio diagnóstico, não é das mais fáceis. Por essa razão, buscamos aqui olhar para a mesma problemática – ausência de clássicos no ensino e na pesquisa em Administração – a partir de uma ótica diferente, a do construtivismo crítico, procurando identificar, debater e analisar aspectos da vida social e material que influenciam o processo de construção de conhecimento em Administração, no contexto brasileiro.

Os autores do ensaio partilham uma concepção socialmente construída e situada historicamente das obras clássicas com a qual concordamos em parte, porque também acreditamos que essa construção é permeada por tensões e não tem apenas um caráter **social**. Como defendemos em outros trabalhos (Peci & Alcadipani, 2006), o processo de construção de conhecimento científico está longe de ser um processo linear ou unidimensional. Ao contrário, ele está embutido de contradições e antinomias que permitem repertórios alternativos. Não é por acaso que o conhecimento científico é (e aparece), ao mesmo tempo, como teórico e empírico, puro e aplicado, objetivo e subjetivo, exato e aproximado, democrático – aberto para que todos o confirmem – e fechado – somente os *experts* podem confirmá-lo. Enquanto as tensões inerentes à ciência permitem repertórios alternativos, interesses e ideologias que dirigem a escolha de um ou outro repertório. Este processo de construção, que demarca, em determinado momento histórico, o que é do não é científico, faz-se presente via um conjunto de práticas sociais, atores, papéis, organizações e todo o *apparatus* científico, parte do qual se buscou analisar aqui.

Neste contexto, analisamos como três dimensões desse processo histórico inerentes à produção de conhecimento de Administração marcam e legitimam a construção (social e material) daquilo que é reconhecido como clássico – ou, no momento atual, a ausência destes.

As implicações do vácuo epistemológico, diretamente relacionado com o vácuo de clássicos, não dizem respeito apenas à falta de embasamento de uma orientação cognitiva para os pesquisadores do campo, facilmente observável no vale tudo temático que predomina nas reuniões da Anpad e nas revistas da nossa área. De fato, a dimensão epistemológica da análise está relacionada com a premissa de que

um campo de conhecimento frutífero é caracterizado pela maturidade dos debates paradigmática(s). Neste ambiente, os clássicos “representam quadros de referência compartilhados, os quais são debatidos, interpretados e legitimados, mas também participam como fonte de legitimação dos discursos acadêmicos” (Meneghetti *et al.*, 2014, p. 701), de fato, eles “definem a identidade intelectual de um campo do conhecimento” (p. 704). Destacamos a dimensão epistemológica porque ela é transversal a qualquer dimensão paradigmática e porque, também, historicamente, foi possível observar importantes avanços que a Administração, seja na sua origem, seja no seu desenvolvimento no solo brasileiro, foi capaz de dar. Nesta trajetória, importantes clássicos pavimentaram caminhos distintos de ensino e pesquisa na área em foco, em que, no Brasil, defendeu sua particularidade e reverteu, brevemente (talvez!), a ordem de dependência imposta pela **americanização** (ver artigos da Public Administration Review sobre Guerreiro Ramos, ao exemplo de Ventriss & Candler, 2005).

Talvez esta reinvenção brasileira, ou outras **particularidades** contextuais situadas às margens do *mainstream*, precisassem das fronteiras sólidas das próprias **organizações** para proliferar (ou dos **muros** da Guerra Fria e das ideologias bipolares). Como os próprios autores afirmam, os leitores recorrem aos clássicos quando necessitam pensar em terrenos sólidos; e o contexto **pós-moderno**, caracterizado pela fluidez da vida e dos processos organizacionais, está longe de ser um cenário ideal para o pesquisador de Administração.

Particularmente, o **tipo ideal** do pesquisador atual, que caracterizamos como tecnicista (**agregando** o produtivista, o burocrata e o metodólogo), há tempo se alienou desta discussão, assim como da dimensão normativa e política que esta acarreta. Em outras palavras, ele não pode comprar esta **briga** ou ignora que ela existe. Compreendendo o tecnicismo como o foco nos meios em detrimento dos fins, destacamos o papel nocivo do excessivo peso do método, do produtivismo e da burocratização no processo de construção de conhecimento em Administração, particularmente, no contexto brasileiro. Fica o alerta dos autores de que o pesquisador de administração pode se **agarrar** nos clássicos, que, com sua visão interdisciplinar, surgem como “instituições imaginárias do conhecimento, duráveis e legítimas, embora sua perenidade não signifique perpetuidade ou consenso intelectual” (Meneghetti *et al.*, 2014, p. 702), de fato, eles “definem a identidade intelectual de um campo do conhecimento” (p. 704).

Notas

¹ Resgatamos aqui uma clássica definição de reforma proposta por March, J. G., & Olson, J. P. (1983). Organizing political life: what administrative reorganization tells us about government? *The American Political Science Review*, 77(2), 281-296.

² Assumimos aqui e concepção de Lan, Z., & Anders, K. K. (2000). A paradigmatic view of contemporary public administration research: an empirical test. *Administration & Society*, 32(2), 138-165. doi: 10.1177/00953990022019380.

³ Muitas dessas análises diagnosticam também o predomínio do enfoque funcionalista.

⁴ O espírito do capitalismo é o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribui a justificar esta ordem e manter, legitimando-os, os modos de ação e as disposições que são coerentes com ela.

⁵ Não estamos defendendo aqui o **fim** da organização **burocrática**, uma vez que estes formatos organizacionais coexistem neste contexto de pós-modernidade. Entretanto, orientações epistemológicas mais processualistas também se aplicam ao estudo e à pesquisa desses formatos organizacionais.

Referências

- Alcadipani, R., & Bertero, C. O. (2012). Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, 52(3), 284-299. doi: 10.1590/S0034-75902012000300002

- Barros, A. N., & Carrieri, A. P. (2013). Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950. Uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(2), 256-273. doi: 10.1590/S1679-39512013000200005
- Bedeian, A. G., & Wren, D. A. (2001). Most influential management books of the 20th century. *Organizational Dynamics*, 29(3), 221-225. doi: 10.1016/S0090-2616(01)00022-5
- Berman, M. (1997). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras.
- Bertero, C. O. (2011). O que é um ensaio teórico: réplica á Francis Kanashiro Meneghetti. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 338-342. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n2/v15n2a12.pdf>. doi: 10.1590/S1415-65552011000200012
- Bertero, C. O., Alcadipani, R., Cabral, S., Faria, A., & Rossoni, L. (2013). The challenges of management knowledge production in Brazil. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(1), 181-196. doi: 10.1590/S1679-39512013000100012
- Bertero, C. O., Caldas, C., & Wood, T. (1999). Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(1), 147-178. doi: 10.1590/S1415-65551999000100009
- Bertero, C. O., & Keinert, T. M. M. (1994). A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-1993). *Revista de Administração de Empresas*, 34(3), 81-90. doi: 10.1590/S1679-39512013000200005
- Boltanski, L., & Chiapello, E. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Braverman, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: LTC.
- Burrell, G. (1996). Normal science, paradigms, metaphors, discourses and genealogy of practice. In S. Clegg, C. Hardy, & W. Nord (Eds.), *Handbook of organization studies* (pp. 642-658). London: Sage.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organisational analysis*. London: Heinemann.
- Caldas, M. P., & Tinoco, T. (2004). Pesquisa em gestão de recursos humanos nos anos 1990: um estudo bibliométrico. *Revista de Administração de Empresas*, 44(3), 100-114. doi: 10.1590/S0034-75902004000300008
- Candler, G. G. (2002). Particularism versus universalism in the Brazilian public administration literature. *Public Administration Review*, 62(3), 298-306. doi: 10.1111/1540-6210.00180
- Chia, R. (1996). The problem of reflexivity in organizational research: towards a postmodern science of organization. *Organization*, 3(1), 31-59. doi: 10.1177/135050849631003
- Clegg, S., Kornberger, M., & Rhodes, C. (2005). Learning/ Becoming/ Organizing. *Organization*, 12(2), 147-167. doi: 10.1177/1350508405051186
- Czarniawska, B. (2004). On time, space, and action nets. *Organization*, 11(6), 773-791. doi: 10.1177/1350508404047251
- Fischer, T. (1984). Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, 24(4), 278-288. doi: 10.1590/S0034-75901984000400038

- Fischer, T. (1985, setembro). O ensino em administração pública no Brasil: da tutela estrangeira à autonomia necessária. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 9.
- Gieryn, T. F. (1983). Boundary-work and the demarcation of science from non-science: constraints and interests in professional ideologies of scientists. *American Sociological Review*, 48(6), 781-795.
- Gonçalves, N. G., Gonçalves, S. A., & Augusto, P. O. M. (2004, setembro). Sobre a relação estado e educação na produção acadêmica brasileira (1971-2000): temas, críticas e expectativas. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
- Habermas, J. (1982). *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Hocayen-da-Silva, A. J., Rossoni, L., & Ferreira, I., Jr. (2008a). Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. *Revista de Administração Pública*, 42(4), 655-680. doi: 10.1590/S0034-76122008000400002
- Hocayen-da-Silva, A. J., Rossoni, L., & Ferreira, I., Jr. (2008b). Aspectos estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo de administração pública e gestão social: análise das redes entre instituições no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 42(6), 1041-1067. doi: 10.1590/S0034-76122008000600002
- Kirschbaum, C. (2013). *O futuro dos estudos organizacionais no Brasil: para além da distopia e da heteronomia*. Manuscrito não publicado.
- Machado-da-Silva, C., Cunha, V. C., & Amoboni, N. (1990, setembro). Organizações: o estado da arte da produção acadêmica do Brasil. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Florianópolis, SC, Brasil, 14.
- Marcuse, H. (1964). *One dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society*. Boston: Beacon Press.
- McSwite, O. C. (1997). *Legitimacy in public administration: a discourse analysis*. Thousand Oaks, London, New Dehli: Sage Publications.
- Paula, A. A. A., & Klechen, C. F. (2007, setembro). A tradição autônoma dos estudos críticos em administração no Brasil: um estudo da produção científica de 1980 a 2004. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
- Peci, A., & Alcadipani, E. (2006). Demarcação científica. *Organizações & Sociedade*, 13(36), 145-161.
- Quintella, R. (2003). Encontro nacional da Anpad x Meeting of AOM: lições, questionamentos e especulações. *Revista de Administração de Empresas*, 43(3), 107-115. doi: 10.1590/S0034-75902003000200008
- Rodrigues, S. B., & Carrieri, A. P. de (2001). A tradição Anglo-Saxônica nos estudos organizacionais brasileiros [Edição Especial]. *Revista de Administração Contemporânea*, 5, 81-102. doi: 10.1590/S1415-6552001000500005
- Silverman, D. (1971). *The theory of organizations: a sociological framework*. New York: Basic Books.
- Sobral, F., & Peci, A. (2008). *Administração: teoria e prática no contexto brasileiro*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

- Tonelli, M. J., Caldas, M. P., Lacombe, B. M. G., & Tinoco, T. (2003). Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. *Revista de Administração de Empresas*, 43(1), 105-122. doi: 10.1590/S0034-75902003000100011
- Ventriss, C., & Candler, G. G. (2005). Alberto Guerreiro Ramos, 20 years later: a new science still unrealized in an era of public cynicism and theoretical ambivalence. *Public Administration Review*, 65(3), 347-359. doi: 10.1111/j.1540-6210.2005.00459.x
- Vergara, S. C., & Carvalho, D. S., Jr. (1995, setembro). Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, João Pessoa, PB, Brasil, 19.
- Vergara, S. C., & Pinto, M. C. S. (2001). Referências teóricas em análise organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira [Edição Especial]. *Revista de Administração Contemporânea*, 5, 103-121. doi: 10.1590/S1415-65552001000500006.
- Weick, K. (1969). *The social psychology of organizing*. Cambridge: Addison-Wesley.